

Senhoras e Senhores, amigos de fora/Goldenberg, Dutra, Guido e Juhail; *Também*.

Ao abraçar responsabilidade maior, bem mais, que aquelas decorrentes de funções tantas que aqui e ali exerço, não deserto de sentir a vida com o coração de moço, do idealista que sempre fui.

Nunca me fugiu, em tempo algum, a crença nas instituições públicas, notadamente no Poder Judiciário, a que tenho orgulho de pertencer, um dos pilares da democracia.

A Presidência de um Tribunal de Justiça é, sem dúvida, distinção que enobrece, engrandece a quem quer que seja.

O cargo de presidente, como se sabe, é o maior desafio a ser enfrentado por um magistrado. O peso e a responsabilidade se agigantam, por conta do momento delicado que atravessamos.

Dado que é grave a situação, tão intrincados os embates que nos aguardam, não há razões bastantes para comemorações.

Desde minha eleição, tenho, com instância, solicitado que Deus afaste de mim o cálice da hipocrisia.

Mesmo levando em linha de conta os números que revelam a grande capacidade produtiva e decisória do Judiciário mato-grossense, a ninguém é permitido ignorar que, nos últimos anos, a Justiça neste Estado também foi atingida por acontecimentos que desgastaram parte de sua imagem e reputação. Na mesma toada, a imagem de seus magistrados, pois a sociedade vincula a Instituição com seus componentes.

Lamentavelmente, vivemos em um momento da história em que o agente político é apontado como inimigo, pelo simples fato de ser autoridade.

Tal pensar se estende, hoje, a autoridades de outros Poderes, incluindo o Judiciário. Reputações e histórias são tragadas rapidamente. Imagens e confiança são danificadas com facilidade.

A Justiça foi objeto de notícias negativas, muitas vezes exploradas de maneira sensacionalista e com venalidade, buscando mais o escracho do que o informar com exatidão e qualidade.

Foram veiculadas as mazelas, as deficiências, os problemas estruturais, bem assim nossos embates internos. Não fossem o bastante, socorrendo-nos dos dizeres de alguém merecedor de crédito, foram escancarados os "usos e costumes de um Judiciário desenvolvido à sombra de uma sociedade elitista, patrimonialista, desigual e individualista".

A bem da verdade, essa declaração, atribuída ao contexto nacional, casa apropriadamente com o cenário de Mato Grosso.

Podemos desmentir esse entendimento? Como desmistificá-lo?

Cabe-nos, isto sim, edificar nova realidade. Temos que mudá-la sem mais demora. Se não por outros motivos, porque logo, logo vai se explorar, com estardalhaço, a ineficiência sistêmica do modelo que vem se estatuindo no complexo Judiciário nacional.

Não sem sentido, a própria Constituição Brasileira outra

coisa não pretende: a Lei Maior visa a um Estado democrático onde se assegure a cidadania plena, baseada em valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, assentada na harmonia social, com a solução pacífica das controvérsias.

É certo que essa investida em mudanças já vem sendo perseguida pelo Conselho Nacional de Justiça.

Tenho comigo que, mais que tudo, a costura desse tecido moral e estrutural deve ser alinhavada ponto por ponto, dependente que é de todos que integramos a atividade judicante.

Fundamental é queiramos mudar.

Parte de um corpo, cada um deve assumir como própria a incumbência que a sociedade depositou na ação do Judiciário.

Embora, não poucos, venhamos da época de domínio do papel, do documento físico, vivemos hoje sob a égide do digital: como ocorreu em Berlim, foram os muros desmoronados, o longe está a um palmo de distância.

É indispensável sintonizemos nossa vivência com essa realidade, precisamos palmilhar a mesma toada do corpo social em transformação.

Esta gestão, embora tenha data definida para ser principiada, não conhece a data de sua conclusão.

Explico-me: seu sucesso está a depender da obstinação desta e das futuras gestões administrativas do Judiciário.

No entanto, como disse o Ministro Cezar Peluso, "devemos ter consciência de que a construção do futuro é um

processo complexo”.

Na perspectiva estadual, os esforços desta administração entrante convergirão sempre por estar em sintonia com as metas maiores traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça.

Não abriremos mão – é o pensar desta nova gestão – da necessidade de conciliação – todos com todos –, intentando a edificação de um pacto verdadeiro, de bases sólidas. A instalação desse pacto, dentro do Poder, canalizaria para um ambiente mais harmonioso.

Uma metáfora persegue minha mente: imaginemos um avião lotado de passageiros, em pleno voo. Essa aeronave é o Judiciário. Passamos por área de grande instabilidade, nuvens negras, turbulência gravíssima. O risco de acidente é iminente. Pode atingir-nos a todos: passageiros e tripulantes.

Como comandante dessa aeronave, desejo meu é conduzi-la sã e salva ao destino, qual seja a prestação jurisdicional, almejada, célere, justa e pacificadora

Caso não consigamos, ninguém, absolutamente ninguém, será poupado, pois desastres dessas proporções não costumam deixar sobreviventes, máxime em se tratando de honra e respeitabilidade.

A alternativa é tão somente uma: aos magistrados, aos servidores e a todos os que compõem a atividade judicante, compete-nos a unidade de propósitos.

Autoridades aqui presentes: impõe-se, como saída, a integração entre os Poderes, instituições, entidades e organizações.

A primeira providência, dela não fujo, é minha: na

Presidência do Tribunal de Justiça, prevalecerá a sensibilidade para o diálogo.

Digo isto porque existem questões emergentes, que não podem ser postergadas. Temos passivos financeiros de toda sorte e natureza. A solução, havemos de convir, não se faz a toque de caixa.

Por igual, é preciso reconhecer que esse passivo deve ser analisado de forma criteriosa, para se atribuir o valor correto em cada caso. Implica isso dizer que, a princípio, os ânimos devem ser serenados.

Somado a isso, é indispensável encontremos formas que esclareçam à sociedade o montante desse débito. Como se pode permitir sua existência, ao menos nos números alardeados pelos meios de comunicação. A sociedade sabê-lo.

Em complemento, essa gestão se compromete a, arregaçando as mangas, lutar pelo que é justo. Resgataremos apenas compromissos construídos à luz da racionalidade.

A solução, repiso, nós a encontraremos na força da conciliação, convergente até mesmo para que concessões se efetivem.

No que toca ao atendimento de qualquer pretensão legítima, sobressai a obrigação de prestar o serviço que nos cabe em caráter de excelência. As ações do Judiciário não podem continuar sendo sinônimas de algo dispendioso, confuso, abrigado pela lentidão, mãos atadas com a ineficiência.

Fundamental, em relação ao que vimos sinalizando com este pacto, é eleger prioridades, concentrar-nos nos

objetivos traçados, sanar questões que emperram o funcionamento da Instituição.

Autoridades presentes: em Mato Grosso atua uma das mais valorosas magistraturas deste país. Compõe-se de magistrados que não medem esforços para atender às demandas que afluem às 79 comarcas aqui existentes, somadas àquelas que chegam à Segunda Instância.

Esta magistratura reclama algumas providências.

Não dá mais para continuar estagnando a carreira do magistrado mato-grossense, que, há tempos, não passa por um processo completo de movimentação, de progressão funcional. Regularizar essa situação é emergencial.

A inércia conduz o juiz a um leque de opções por demais estreito. Aliás, o termo estagnação não se afina com carreira. Se carreira é, importa que ela siga seu curso.

Precisamos, isto é premente, do ingresso de novos magistrados, com vista a equacionar e a suprir as não poucas necessidades existentes na primeira instância, facultando a movimentação daqueles que aguardam, anos a fio, sua promoção.

A edificação do salutar pacto alberga esta premissa: atender às emergências essenciais, que não se resumem apenas no contratar novos juízes.

Intento desta administração é investir, decisivamente, na estruturação das unidades judiciais da primeira instância. Para tanto, preciso da compreensão dos envolvidos, já que não há solução num estalido de dedos.

Sem medo algum de cometer injustiça, ousou dizer que o



primeiro grau continua a ser o grande desconhecido do Tribunal de Justiça, nomeadamente quando se avocam os problemas corriqueiros.

Ponhamos, sem temor, o dedo na ferida: no mais das vezes, houve privilégio no atendimento – com prontidão até incompreensível – dos servidores da sede, não dispensando medidas semelhantes àqueles que estavam no *front* das Comarcas. O Poder Judiciário de Mato Grosso não se limita às estruturas e instalações da Capital.

Na prestação do labor jurisdicional, todos, desprezada qualquer distinção, são igualmente significativos para o processo. Se bem assim, não podemos, em hipótese alguma, perder de vista isto: quem entrega o produto final é o juiz, com a sua sentença, com a solução do conflito, enfim, com a prestação jurisdicional.

Atender à demanda que aporta ao Judiciário passa, obrigatoriamente, por suprir as necessidades, em primeiro lugar, da atividade judicante, representada pelos agentes e pelas estruturas que ficam na ponta.

A área administrativa, é preciso dizer sem constrangimento, não pode se sobrepor à área-fim.

Esquecer não podemos disto: é nas comarcas, precisamente lá, que ingressa a esmagadora maioria dos processos. Ilustram os números do ano que há pouco findou: o Tribunal de Justiça julgou 18 mil processos. No entanto, coube ao primeiro grau o julgamento de 180 mil processos. O estoque de, aproximadamente, 800 mil demandas está sob a responsabilidade do primeiro grau. A questão, convenhamos nisto, é de matemática. Pura e simples.

Trilhemos outra reflexão. No primeiro grau, quase todos os

servidores estão lotados na atividade-fim. Está na hora, portanto, de haver no Tribunal de Justiça uma proporção mínima de 70% de servidores lotados nessa área, meta que pretendemos atingir no curso desta gestão, ficando o restante na atividade-meio, também necessária.

Outra análise se impõe: será que já não é chegada a hora de terceirizar o que não responde à natureza e à finalidade do Judiciário?

Não tem sentido, é o que me parece, que atividades não finalistas encampem tanta mão de obra. A terceirização de serviços não essenciais, além de necessária, liberará grande quantidade de servidores para que se dediquem à área-fim. Esta, outra meta a ser perseguida.

Acrescento ainda: é na área-fim que os servidores efetivos devem oferecer toda a sua experiência, seu conhecimento, sua criatividade, sua iniciativa e sua gerência. Com a ocupação desses postos e de áreas-chave, haveremos de valorizar o quadro efetivo do Judiciário.

Devemos concentrar aqueles que atuam na atividade judicante no essencial. Chega de juizes e servidores atuando em tarefas inúteis, em tarefas que não lhes cabem.

Soluções testadas em nível nacional, sejam exemplo as Jornadas de Conciliação, demonstram que ações simplificadas desfilam resultados bem mais concretos.

Ganham propósito, aqui, as palavras da ministra Eliana Calmon: "o magistrado precisa ser um parceiro da cidadania, de quem está a serviço".

Poderíamos completar: o magistrado não pode ser mero burocrata, restringindo sua ação a dar uma sentença e a



assinar despachos.

Pretendemos arregimentar forças para a interlocução com os magistrados de todas as entrâncias. Indispensável ouvi-los em suas sugestões, aspirações e propostas encaminhadas.

Nisso, muito importante a atuação da AMAM, catalisadora dos anseios da classe.

De forma não diferente, pretendemos entreabrir diálogo com as representações oficiais dos servidores, conferindo-lhes o respeito que merecem, dispensando igual tratamento.

Um dos principais compromissos, nós o assumimos diante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso, é dar celeridade na tramitação processual. Em assim fazendo, atenderemos igualmente a toda a sociedade.

Fique claro: em nossa administração, conferiremos à OAB o destaque de que se faz merecedora. Terá voz e eco. De outra parte, espero que a cota de responsabilidade seja dividida. Obrigação de todos é a prestação jurisdicional.

O que me conforta é que, tendo presidido aquela entidade e conhecendo suas lideranças, honrando-me aqui com a presença além do Presidente Claudio Stábile, vejo os ex-presidentes, Renato Nery, Ussiel Tavares, Francisco Faiad; os conselheiros federais, José Tadeu Guilhen, Francisco Sgaib e os ex- conselheiros, João Celestino, Renato Vianna, Roberto Dias de Campos e muito outros, bem como os advogados, José Dutra, de Brasília, Guido Guerra e Juhail, do Paraná e muitos outros, me darão a certeza de que a OAB não me faltará.

A responsabilidade pelo atraso no andamento de processos não deve ser atribuída tão só à magistratura. Não raro, a demora também se assenta na inoperância de militância advocatícia.

Próximo e construtivo. Este o relacionamento que pretendemos ter com o Ministério Público. A grande beneficiária, não há dúvidas, será a sociedade.

Se é verdade que os juízes somos, acima de tudo, agentes políticos e de pacificação social, compete-nos participar ativamente em toda complexidade social, não circunscritos à esfera judiciária.

Seja exemplo a questão ambiental. Não podemos continuar a assistir, passivamente, que nosso Estado se sujeite, ano após ano, a sucessivas queimadas, algumas gigantescas que destroem cidades inteiras, contentando-nos a uma que outra providência judicial, a depender de sua provocação.

A devastação ambiental não pode mais, em hipótese alguma, ser tolerada. O papel que a sociedade espera de nós é justiça, não contemplação.

Senhoras e senhores:

Traçamos um plano de trabalho para o período 2011-2013, materializado com o vice-presidente, Des. Juvenal Pereira da Silva, e com o corregedor-geral, Des. Márcio Vidal, condutores que somos deste processo.

Em síntese, enfeixa seis macroações e catorze grandes estratégias. Será este plano usado como diário de bordo, com leitura frequente, com apontamentos, com

observância de prazos.

Desnecessário acentuar que as orientações, emanadas pelo Conselho Nacional de Justiça, serão atentamente observadas.

Queremos vincar algumas dessas metas, relevantes a qualquer luz as consideremos: motivar magistrados e servidores, garantir transparência na gestão, implementar gestão estratégica, investir em tecnologia da informação e em ações e projetos na área judiciária.

Em meio às estratégias, vale assinalar a infraestrutura adequada às unidades judiciais e administrativas, ampliando-lhes os sistemas de informação e de comunicação, chaves de celeridade e de garantia da solução dos litígios em tempo racional.

Na mesma linha, garantir agilidade nos trâmites judiciais e administrativos, promovendo a efetividade no cumprimento das decisões, facilitando o acesso à Justiça.

Reafirmamos o compromisso de atuar, tendo como horizonte a efetividade, a eficiência, a celeridade e a transparência da prestação jurisdicional.

Os desafios são grandes. Superior a eles está a ambição de realizá-los. Com a colaboração de todos, dedicação redobrada dos que integram o Poder Judiciário. Com os olhos voltados para o cidadão, esperamos chegar ao destino pretendido, restabelecendo o respeito e a confiança, sem os quais não existem razões para judicar.

Palavra final, eu a dirijo ao eminente desembargador José Silvério. Em suma, é homem de bem, vocacionado sempre para a causa da Justiça. Esta Casa muito lhe deve.

Rogo a Deus que nos abençoe. Agradeço a presença de todos.